

Relatório n. 006/16/CFOAB/CTL

Cliente: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO

Assunto: Relatório Parcial da Controladoria do Conselho Federal sobre as
Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2015 e Gestão
Operacional

**1 - RELATÓRIO PARCIAL DA CONTROLADORIA DO CONSELHO
FEDERAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**RELATÓRIO PARCIAL DA CONTROLADORIA DO CONSELHO
FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

À Diretoria e Conselheiros

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO

Goiânia - GO

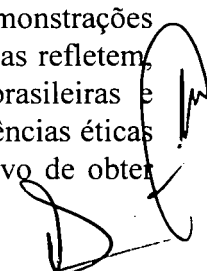
Examinamos as Demonstrações Contábeis (parciais) da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO, CNPJ n. 0265647597/0001-52, CNAE 84.11-6-00 Administração Pública em Geral e Natureza jurídica 399-9 (Associação Privada), que compreendem o Balanço Patrimonial, o Balanço Financeiro, o Balanço Orçamentário, o Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2015, assim como o resultado das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade da Administração.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da entidade, composta pelo Presidente Dr. Henrique Tibúrcio Pena (OAB/GO 13.404), Vice-Presidente Dr. Sebastião Macalé Caciano Cassimiro (OAB/GO 8.515), Secretário Geral Dr. Julio César Meireles (OAB/GO 16.800), Secretária Geral Adjunta Dr^a. Márcia Queiroz Nascimento (OAB/GO 5.589 e Diretor Tesoureiro Dr. Enil Henrique de Souza Filho (OAB/GO 9.593) e demais alterações de composição havida no exercício, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis e as normas do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao Sistema OAB e Seccionais, livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores da Controladoria do Conselho Federal

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis e a interpretação dos resultados operacionais no exercício que elas refletem, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter


Gerência de Controladoria

segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considerou os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da entidade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não, para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. da entidade, exceto quanto as ressalvas apresentadas, nos pontos julgados necessários, que visam o aprimoramento do controle interno. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião que pode servir de base para julgamento das contas da entidade, tanto pelo seu Conselho Pleno, quanto pelo colegiado da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Fatos Constatados

Os fatos foram destacados no ponto “5. – RECOMENDAÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO que podem, indubitavelmente, contribuir para o fortalecimento da consistência das demonstrações contábeis, bem como os pontos abaixo relacionados, fundamentam nosso parecer adverso e parcial, até a apresentação de demonstrações contábeis conclusas e devidamente assinadas:

1. Processamento do registro contábil das receitas pelo regime de caixa, em desacordo com os normativos existentes;
2. Apresentação de demonstração contábil com apresentação de demonstrativos contábeis próprios da Contabilidade pública na emissão de Balanço Financeiro e Demonstrativo das Variações Patrimoniais; utilização da Contabilidade privada, com ausência do Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo do Fluxo de Caixa. Resultado do Exercício com divergência entre o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.
3. Ausência de processamento e/ou processamento parcial de prestações de contas das Subseções, fato que mantém saldos inconsistentes na conta “caixa” e “adiantamento a Subseções”; registros com reflexos diretos nas despesas do exercício, afetando diretamente o resultado operacional;

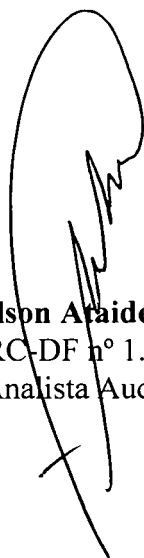
4. Ausência do registro contábil das “anuidades a receber” e sua contrapartida à contabilização da receita pelo regime de caixa;

Inconsistência nos registros patrimoniais (imobilizado), notadamente em “Móveis” e “Imóveis” disponibilizados às Subseções, bem como nos registros de “depreciação”, com reflexo direto nas demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial).

5. Existência de “Passivo fictício” diante da partição das anuidades obrigatórias (anuidades) em “contribuições voluntárias”, fato com reflexo direto nas despesas de “transferências correntes” (cotas estatutárias).
6. Ajustes contábeis em andamento, apontados em trabalho de revisão contábil pela empresa de auditoria externa, fato que, indubitavelmente, alterarão os resultados operacionais de receitas e despesas, do exercício em análise.

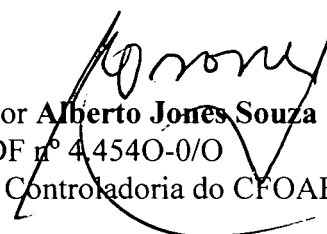
Opinião

Em nossa opinião, de acordo com os fatos constatados, as Demonstrações Contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e os resultados econômicos apontados da **Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO**, em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e observância da legislação pertinente ao Sistema OAB, uma vez que carecem de fechamento final.



Contador **Nilson Araide de Oliveira**
CRC-DF nº 1.197/0-8
Analista Auditor

Goiânia – GO, 10 de março de 2016



Contador **Alberto Jones Souza**
CRC-DF nº 4.4540-0/0
Gerente da Controladoria do CFOAB

2 – DEMONSTRAÇÕES LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

- 2.1 – Balanço Patrimonial
- 2.2 – Balanço Financeiro
- 2.3 – Balanço Orçamentário
- 2.4 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- 2.5 - Demonstração do Resultado do Exercício
- 2.6 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2015

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2015

2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

A T I V O	2015	2014	P A S S I V O	2015	2014
CIRCULANTE	3.300.322	1.386.718	CIRCULANTE	13.985.962	9.049.234
Disponibilidades	1.628.085	1.091.435	Pessoal/Encargos /Provisões	2.636.642	836.897
Cheques em Cobrança	50.385	23.680	Consignações/Parcelam.	663.419	149.448
Contribuições Anuidades	0	0	Fornecedores	2.232.286	308.651
Adiant. A Subseções	1.235.389	41.127	Obrigações Estatutárias	3.600.765	1.819.630
Adiant. Empregados	7.131	16.923	Obrigações Financeiras	3.418.014	4.293.684
Créditos Diver. a Receber	355.621	206.283	Outras Obrigações	1.434.836	1.640.924
Dep. Judiciais	23.711	7.270	Receitas a Apropriar	0	0
NÃO CIRCULANTE	30.817.083	28.045.052	NÃO CIRCULANTE	540.400	1.277.728
Realiz. A Longo Prazo	0	0	Financiamentos	452.083	1.227.085
Aplicações	0	0	Impostos e Taxas	88.317	50.643
Permanente	30.817.083	28.045.052	Soma do Passivo Real	14.526.362	10.326.962
Investimentos	557.470	465.065	Patrimônio Líquido	19.591.043	19.104.808
Bens Móveis	7.506.278	7.330.935	Superavit Exerc. Anteriores	19.104.808	18.399.622
Bens Imóveis	22.765.005	20.260.722	Superavit do Exercício	486.235	705.186
(-) Depreciação	11.670	11.670	Ajustes Exerc. Anteriores		0
Intangível	0	0			
Custo	0	0			
ATIVO TOTAL	34.117.405	29.431.770	PASSIVO TOTAL	34.117.405	29.431.770

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2015

2.2 – BALANÇO FINANCEIRO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

RECEITA	2015	2014	DESPESA	2015	2014
ORÇAMENTÁRIA	30.471.343	27.528.989	ORÇAMENTÁRIA	30.163.596	26.342.330
RECEITAS CORRENTES	30.471.343	27.494.708	DESPESAS CORRENTES	29.985.107	26.156.166
Receitas de Contribuições	12.905.351	11.351.945	Despesas de Custeio	26.818.533	23.428.961
Receitas Sobre Infrações	0	0	Transferências Correntes	3.166.574	2.727.205
Receitas de Serviços	1.301.779	844.906	DESPESAS DE CAPITAL	178.489	186.164
Receitas de Cobranças	68.416	63.483	Investimentos	178.489	186.164
Receitas Patrimoniais	331.060	441.944	Inversões Financeiras	0	0
Receitas Diversas	15.864.737	14.000.279	Transferência de Capital	0	0
Ex. Ordem Exerc. Anterior	0	633.356	Reserva de Contingência	0	0
Transferências Correntes		158.795			
RECEITAS DE CAPITAL	0	34.281	EXTRA ORÇAMENTÁRIA	43.558.249	38.515.258
Alienação de Bens	0	34.281	Realizável a Curto Prazo	2.954.128	2.913.619
Transferência de Capital	0	0	Fornecedores	15.369.734	12.451.270
			Pessoal a Pagar	5.777.619	5.810.564
EXTRA ORÇAMENTÁRIA	43.760.545	37.422.507	Encargos Sociais a Recolher	2.035.378	2.190.769
Realizável a Curto Prazo	1.577.174	2.999.056	Consignações	1.202.654	1.170.291
Fornecedores	17.293.369	12.315.134	Obrigações Cota Estatutária	3.421.177	1.815.351
Pessoal a Pagar	6.286.320	5.791.637	Obrigações Financeiras	6.221.591	5.929.070
Encargos Sociais	2.772.187	2.284.726	Restos a Pagar	0	0
Consignações	1.716.626	1.130.047	Outras Obrigações	1.150.994	1.543.420
Obrigações Cotas Estatutárias	5.202.312	2.809.019	Provisões Trabalhistas	1.765.678	2.033.334
Obrigações Financeiras	5.345.921	5.979.676	Transferências Financeiras	0	0
Restos a Pagar	0	0	Exigível a Longo Prazo	0	1.933.120
Outras Obrigações	944.906	2.117.347	Ativo Não Circulante	828.999	690.169
Provisões Trabalhistas	2.319.911	1.766.306	Mutações Patrimoniais	34.281	34.281
Transferências Financeiras	0	0	Realizável a Longo Prazo	2.796.016	
Ativo Não Circulante	91.670	43.395			
Mutações Patrimoniais	186.164	186.164			
Realizável a Longo Prazo	23.985	0			
SALDOS EXERCÍCIO ANTERIOR	1.095.128	2.267.217	SALDOS EXERCÍCIO	1.632.682	1.095.127
Caixa	624.919	425.190	Caixa	665.090	624.919
Bancos Conta Movimento	133.687	347.149	Bancos Conta Movimento	772.592	133.687
Bancos Conta Arrecadação	0	0	Bancos Conta Arrecadação	0	0
Bancos Conta Poupança	0	0	Bancos Conta Poupança	0	0
Bancos Aplicações Financeiras	336.522	1.494.878	Bancos Aplicações Financeiras	195.000	336.521
TOTAL	75.327.016	67.218.713	TOTAL	75.354.527	65.952.715

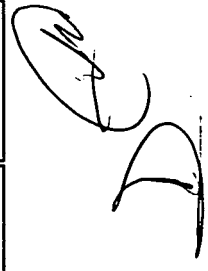



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

2.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

RECEITA CONTAS	2015		2014		DESPESA CONTAS		2015		2014	
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução
RECEITAS CORRENTES	27.369.069	30.474.929	25.425.188	26.861.352	DESPESAS CORRENTES	22.830.184	29.990.874	21.056.872	26.156.167	
Receitas de Contribuições	12.223.817	12.905.352	11.400.707	11.351.945	Pessoal e Encargos	10.814.921	13.692.073	9.960.000	13.319.416	
Receitas Sobre Infrações	70.607	0	0	0	Material de Consumo	1.030.047	2.187.433	650.514	1.992.209	
Receitas de Serviços	1.077.449	1.301.779	1.016.887	844.906	Serv. Terceiros - P. Física	641.554	1.012.888	210.404	819.239	
Receitas de Cobranças	112.312	68.415	43.007	63.483	Serv. Terceiros - P. Jurídica	4.669.163	8.655.997	3.968.073	7.165.728	
Receitas Patrimoniais	244.110	331.060	103.392	441.944	Eventos	0	3.380	590.592	0	
Receitas Diversas	13.640.774	15.868.323	12.861.195	14.000.279	Transf. Correntes	4.316.121	3.172.340	3.832.748	2.800.000	
Transferências Correntes	0	0	0	158.795	Outras Despesas Correntes	1.358.378	1.266.763	1.844.541	59.575	
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	34.281	DESPESAS DE CAPITAL	4.538.885	2.681.235	4.368.316	220.445	
Alienação de Bens	0	0	0	34.281	Investimentos	268.381	175.342	2.079.573	177.050	
Transferências Capital	0	0	0	0	Obras em Andamento	1.811.619	2.505.893	0	9.114	
VARIAÇÕES ATIVAS	0	2.681.235	0	186.165	Reserva de Contingência	2.458.885	0	2.288.743	0	
Aquis. Bens Móveis	0	175.342	0	177.051	VARIAÇÕES PASSIVAS	0	0	0	34.281	
Obras em Andamento	0	2.505.893	0	9.114	Alienação de Bens Móveis	0	0	0	34.281	
SUB TOTAIS	27.369.069	30.474.929	25.425.188	26.895.633	SUB TOTAIS	27.369.069	32.672.109	25.425.188	26.376.612	
DÉFICIT	0	2.197.180	0	0	SUPERÁVIT	0	0	0	705.186	
TOTAL	27.369.069	32.672.109	25.425.188	27.081.798	TOTAL	27.369.069	32.672.109	25.425.188	27.081.798	



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

2.4 – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

VARIAÇÕES ATIVAS	2015	2014	VARIAÇÕES PASSIVAS	2015	2014
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENTÁRIA	33.152.577	26.929.914	RESULTANTES EXEC. ORÇAMENTÁRIA	32.666.342	26.342.330
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	30.471.342	26.895.633	DESPEZA ORÇAMENTÁRIA	32.666.342	26.342.330
RECEITAS CORRENTES	30.471.342	26.861.352	DESPEAS CORRENTES	29.985.107	26.156.166
Receitas de Contribuições	12.905.351	11.351.945	Despesas de Custeio	26.818.533	23.428.961
Receitas de Serviços	1.301.779	844.906	Transferências Correntes	3.166.574	2.727.205
Receitas de Cobrança	68.416	63.483			
Receitas Patronais	331.059	441.944			
Receitas Diversas	15.864.737	14.000.279			
Transferências Correntes	0	158.795			
RECEITAS DE CAPITAL	0	34.281	DESPEAS DE CAPITAL	2.681.235	186.164
Alienação de Bens	0	34.281	Investimentos	2.681.235	186.164
Transferência de Capital	0	0	Inversões Financeiras	0	0
			Transferências de Capital	0	0
CONTAS DE INTERFERÊNCIA		0	CONTAS DE INTERFERÊNCIA		
Transf. Financeira Passivas		0	Transferência Financeiras Ativas	0	0
Transf. Patrimoniais Passivas		0	Transferência Patrimoniais Ativas	0	0
VARIAÇÕES ATIVAS	2.681.235	186.164	VARIAÇÕES PASSIVAS	0	34.281
Aquisição de Bens Móveis	175.342	177.050	Alienação Bens Móveis	0	34.281
Constr. Aquis. Bens Imóveis	0	0	Alienação Bens Imóveis	0	0
Obras em Andamento	2.505.893	9.114	Liquidação de Créditos	0	0
Investimentos	0	0	Amortiz. Empréstimos Seccional	0	0
Empréstmos Concedidos	0	0	Amortiz. Débitos Seccional	0	0
Investimentos nas Subseções	0	0	Empréstimos Recebidos Seccional	0	0
Aquisição Bens Intangíveis	0	0	Recebimento Dívida Ativa	0	0
Aq. Bens Mouv. Exerc. Anteriores	0	0	Almoxarifado	0	0
			Outros Valores	0	0
RESUL. EXTRA ORÇAMENTÁRIO			RESUL. EXTRA ORÇAMENTÁRIO	0	0
RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	0	0	DESPEZA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	0	0
Inscrição Dívida Ativa	0	0	Cancelamento Dívida Ativa	0	0
Incorporação Bens Móveis	0	0	Doação Bens Móveis	0	0
Incorporação Bens Imóveis	0	0	Doação Bens Imóveis	0	0
Doação de Bens Móveis	0	0	Cancelam. Créditos Subseções	0	0
Doação de Bens Imóveis	0	0	Cancelam. Empréstimos Subseções	0	0
Inscrições de Débitos de Subseções	0	0	Almoxarifado	0	0
Cancelamento de Provisões	0	0	Provisão de Encargos Sociais	0	0
Cancel. De Restos a Pagar	0	0	Alienação Bens Móveis	0	0
Cancelamento de Obrigações	0	0	Alienação Bens Imóveis	0	0
Almoxarifado	0	0			
Cancel. Empréstimos Somados	0	0			
RESULT. AUMENT. EXERCÍCIO	2.681.235		RESULT. DIMINUIT. EXERCÍCIO	0	34.281
APURAÇÃO DE RESULTADOS	33.152.577	26.929.914	APURAÇÃO DE RESULTADOS	486.235	705.186
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0	0	RESULTADO PATRIMONIAL		
TOTAL	33.152.577	27.081.797	TOTAL	33.152.577	27.081.797

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2015

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

A T I V O	2015	2014
RECEITAS	30.143.870	26.419.407
RECEITAS OPERACIONAIS ORDINÁRIAS	15.258.225	13.228.611
Anuidades do Exercício	10.071.698	9.007.553
Anuidades de Exercícios Anteriores	2.833.654	2.344.391
Taxas e Emolumentos	1.301.778	844.906
Multas	68.416	63.483
Inscrições Exame de Ordem	982.679	968.278
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	14.885.645	13.190.796
Recuperação de Despesas	890.140	601.283
Auxílio Financeiro	0	158.795
Outras Receitas	3.289.070	2.942.595
Contribuições Voluntárias/Cursos	10.706.435	9.488.123
DEDUÇÕES DAS RECEITAS (CONTRIBUIÇÕES)	3.172.340	2.727.205
(-) Conselho Federal	1.284.136	1.130.023
(-) CASAG	1.246.137	1.094.965
(-) Fundo Cultural	385.240	276.212
(-) FIDA	256.827	226.005
(-) Outras Deduções da Receita	0	0
TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS	26.971.530	23.692.202
DESPESAS ORDINÁRIAS	28.296.245	22.081.896
(-) Pessoal e Encargos	17.033.216	11.430.503
(-) Outras Despesas Operacionais	11.263.029	10.651.393
RESULTADO OPERACIONAL	-1.324.715	1.610.306
RESULTADO FINANCEIRO	-872.465	-905.121
Receitas Financeiras	331.059	441.944
(-) Despesas Financeiras	1203524	1.347.065
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-2.197.180	705.185

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2015

2.5 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Goiás – OAB/GO, faz parte do Sistema CFOAB/Seccionais regida pela Lei 8.906/94, possui personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade básica, nos termos da legislação em vigor, defender a Constituição Federal, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, promover a representação, defesa, a seleção e a disciplina dos advogados no Estado de Goiás. Possui representações nas principais cidades do Estado através de 46 Subseções, com cerca de 30.012 inscrições (27.144 advogados, 1.349 estagiários e 1.549 suplementares) e 103 salas e delegacias.

2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PRINCÍPIOS
CONTÁBEIS, NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Orçamentárias emanadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, aplicáveis ao Sistema CFOAB/Seccionais, notadamente o Provimento nº 101/03, as Normas do Conselho Federal de Contabilidade e, ainda, os preceitos contidos na Lei 4.320/64 (parte) e ITG-2002 (parte).

3. – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.2 – Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do Balanço.

3.3 – Contribuições Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Fundo de Integração e Desenvolvimento do Advogado – FIDA (2%), Fundo Cultural (3%), Conselho Federal (10%) e Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Goiás (20%), incidentes sobre as receitas de contribuições, constituídas nos termos dos artigos 56 e 57 do Regulamento Geral e são apuradas e registradas pelo método indireto de apropriação, uma vez que a entidade recebe sua parte pelo valor líquido (65%), fato que pode gerar pequenas distorções nos registros contábeis.

3.4 – Apuração do Resultado do Exercício

As receitas são apuradas pelo sistema de caixa e as despesas por competência. A parte inadimplida da receita tem o direito registrado no ativo financeiro e a contrapartida, no passivo financeiro sob a rubrica de “receita a realizar”. No caso em análise, tais registros não foram processados. O resultado do exercício é destacado no patrimônio líquido para melhor visualização da movimentação havida.

3.5 – Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro não são devidos, em virtude de a OAB/GO gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, § 2º da Constituição Federal, combinado com o § 5º do art. 45 da Lei Federal n. 8906/94, de 4 de julho de 1994.

3.6 - Disponibilidades

Disponibilidades em bancos de acordo com o razão em 31.12.2015			
Banco - Contas	Vr. Aplicado	Disponível	Total R\$
Caixa Central	0,00	665.090,16	665.090,16
Bco Brasil C/C- 19.105-1	0,00	8.969,33	8.969,33
Bco Brasil C/C-19.101-9	0,00	59.031,06	59.031,06
C.E.F. C/C-03032255-8	4.999,91	50,00	5.049,91
Santander C/C-53.000002-6	190.000,00	458.491,90	648.491,90
Bic Banco C/C-1032165	0,00	341,17	341,17
Credijur C/C- 033-7	0,00	193.819,60	193.819,60
Credijur C/C- 00525-8	0,00	6.188,66	6.188,66
Credijur C/C-965-2	0,00	15.749,91	15.749,91
Credijur C/C- 2195-4	0,00	29.950,00	29.950,00
Cheques em Trânsito	0,00	-4.596,09	-4.596,09
Total	194.999,91	1.433.085,70	1.628.085,61

3.6.1 As disponibilidades acima se referem aos saldos existentes em 31 de dezembro devidamente conciliados e o caixa referente aos saldos existentes junto às

Subseções por valores não comprovados nas respectivas prestações de contas e R\$ 111.288,00 do caixa da Sede.

- 3.6.1.1 O Caixa da Sede, além de receitas de serviços, registra recebimentos de acordos via cartão de crédito, fato que contribui para o elevado saldo existente.
- 3.6.1.2 A Subseção de Aparecida de Goiânia em 30.12.15, transferiu R\$ 185.372,00 para a Seccional OAB/GO.
- 3.6.2 Encontra-se em processamento as análises das prestações de contas que, certamente reduzirão o saldo acima, com a transferência dos valores para os diversos grupos de despesas. Portanto, o saldo financeiro é absolutamente inconsistente.
- 3.6.3 O valor ref. a “Cheques em cobrança” apresenta o saldo de R\$ 50.385,00 de cheques devolvidos.
- 3.6.4 Em “adiantamentos às Subseções” (R\$ 1.235.389,00) estão registrados os repasses mensais, cujas prestações de contas (parte delas, uma vez que muitas delas – 30 – ainda não foram apresentadas) encontram-se em análises onde, certamente, tais valores serão transferidos para “despesas”.

3.7. – Créditos Diversos

Direitos	2015	2014
Férias de Funcionários	7.131	16.043
Adiantamentos a Fornecedores(*)	277.308	107.789
Títulos a Receber/Jurídico(**)	77.802	98.494
Depósitos Judiciais	23.711	7.270
TOTAIS	385.952	229.596

(*) Valores a serem compensados em despesas/investimentos

(**) Valores de difícil realização, com baixa de R\$ 20.692,00 no exercício;

3.8. – Anuidades a Receber

A Seccional não faz o registro contábil dos valores de anuidades a receber. Até o encerramento dos trabalhos não nos foi informado o valor em aberto.

3.9 – Ativo Não Circulante

3.9.1 Investimentos

Refere-se ao valor (R\$ 557.470) de participação no capital da Credijur com liberação anual de 50% dos resultados apurados pela cooperativa de crédito. No exercício em R\$ 92.405,00.

3.9.2 Imobilizado

Os valores são registrados pelo custo de aquisição e não havia depreciação até o exercício de 2013.

Bens	2015	2014
Bens Movéis	7.506.278	7.330.935
Bens Imóveis(*)	22.765.005	20.260.722
Depreciação Acumulada Bens Móveis(**)	(11.670)	(11.670)
TOTAIS	30.259.613	27.579.9887

(*) incorporado o valor de R\$ 2.480.297,00 ref. a “obras em andamento” (R\$ 5.416.597,00; baixados os imóveis transferidos p/CASAG no exercício de 2014 (falta transferência registro imóveis)

(**) Consta sem registro referente exercício em análise.

3.10. – PASSIVO FINANCEIRO

3.10.1 – Pessoal e Encargos Sociais a Recolher/Provisões

Obrigações	2015	2014
Pessoal a Pagar	511.598	2.897
INSS Patronal	810.997	246.180
FGTS	234.911	62.919
Provisões Trabalhistas(*)	1.079.135	524.902
TOTAIS	2.636.641	836.898

(*) Principais: Provisões sobre férias (R\$ 825.124,00) e 13º Salário (R\$ 252.983,00)

3.10.1.1 – Constam diversos recolhimentos de encargos sociais em atrasos, tais como: GPS da Sede de ago/15 e de out/15 a dez/15 (R\$ 942.288,00) GPS de Subseções de out/15 a dez/15 em R\$ 57.004,00, FGTS de set/15 a dez/15 (R\$ 268.048,00), IRRF/Subseções vencimentos de 18.12.15 em R\$ 4.138,00 (códigos 0561) e IRRF/obra de Anápolis com vencimento de 20.11.2015, em R\$ 2.608,00.

3.10.2 - Consignações

Obrigações	2015	2014
Pensão Alimentícia/Emprestimos	2.823	0
INSS a Recolher	362.520	82.360
IRRF	57.127	40.804
ISS	28.319	16.557
Contribuição Sindical	187	790
CSLL/PIS/Cofins	39.495	8.937
Tributos Parcelados	172.948	0
TOTAIS	663.419	149.448

3.10.3 – Cotas Estatutárias(*)

Obrigações	2015	2014
CFOAB	1.963.984	679.848
CASAG	460.176	960.979
Fundo Cultural	4	2
FIDA	256.827	142.448
Obrigações com Subseções(*)	919.774	36.314
TOTAIS	3.600.765	1.819.630

(*) Reclassificar “obrigações com Subseções” e ajustar valores (vite item 4.4.6)

3.10.4 –Obrigações Financeiras/Empréstimos

Obrigações	2015	2014
Credijur CECM	204.244	2.227.698
C. E. F.	839.584	774.998
BIC – Banco/14.103949-5	0	1.128.988
Santander	2.163.895	162.000
Santander – Conta Garantida	400.000	0
Encargos Sobre Empréstimos/Credijur – CECM	25.814	0
Encargos Sobre Empréstimos – Santander	163.895	0
TOTAIS	3.418.014	4.393.684

3.10.4.1 Situação dos contratos de empréstimos em 31.12.2015

- 01) CREDIJUR CECM** **204.244,00(falta**
 uma parcela para pagamento)
 Encargos **25.814,00**
 Contrato nº 13969-9 vencimento 30/11/2015
 Valor do Empréstimo R\$. 1900.000,00 primeira prestação 30/01/2015 no
 valor de R\$ 201.837,00.
Garantias: Imóvel – alienação fiduciária R\$ 7.000.000,00 (um lote de terra
 para construção urbana de nº 4-A, Qd. 216-A Rua 1.121 – Setor Pedro
 Ludovico - Área de 2.062,92 M² - sede local da OAB/GO)
Garantia 2
 Cessão de direitos creditórios (emissão de boletos da associada), valor R\$
 2.681.376,00
 (cessão de direitos creditórios 2.703, referente anuidades em favor da
 OAB/GO, 2015, no valor unitário sem descontos R\$ 992,00 vencimentos
 para 26/02/2015).
Encargos Financeiros:
 Taxa juros mensal 1,78% (tabela price). Juros Anual 23,58% , capitalização
 a.m., Custo Efetivo mensal 1,83%, anual 24,52% a.a. IOF R\$ 7.220,00.
 (Inadimplência acarretara juros moratórios de 0,95% ao mês, equivalente a
 12% a.a.)

02) C E F	839.584,00
Faltam treze (13) parcelas para pagamento; termino em 12/2016)	
Contrato 08.2234.7370000002-52.	
Valor do empréstimo R\$ 3.100.000,00 (prazo amortização 48 meses),	
<u>Encargos Financeiros</u> : 100% CDI CETIP + Taxa de juros sobre preço de	
0,49% (tarifa customização OC R\$ 15.000,00). Forma de pagamento sem	
carência, 48 meses.	
<u>Alienação Fiduciária</u> : Imóvel Comercial Rua 101 Esq. Rua 101-A lotes.	
11/13/15/17 Setor Sul no valor de R\$ 9.3000.000,00.	
CEF	452.083,00
(Parcelas há vencer no total de sete (7) término 07/2017)	
03) SANTANDER	2.163.895,00
(a vencer)	
Encargos:	163.895,00
Contrato 00330071300000010220 vencimento 24/04/2016	
Valor empréstimo R\$ 2.000.000,00 (26/11/2015)	
Aplicação Financeira decorrente do empréstimo concedido no valor R\$	
190.000,00 em 23/11/2015 com vencimento para 13/11/2017. (C/C 53.000002-6)	
com juros de 9,5%	
04) SANTANDER – Conta Garantida	400.000,00
(a vencer)	
Prazo 212 dias vencimento em 20/04/2016, taxa efetiva pré-fixada 1,6200% a.m.	
equivalente a 21,27% a.a., Custo efetivo total 2,13% a.m. 29,29% a.a.	

3.10.5 - Fornecedores

Conta com registro sintético no valor de R\$ 2.232.284,00. O sistema de contas a pagar não nos disponibilizou, tempestivamente, o relatório analítico da composição da conta.

3.10.6 – Outras Obrigações

Obrigações	2015	2014
Receitas a Identificar(*)	621.529	684.971
Contingências	813.307	955.953
Impostos e Taxas/ISS	33.245	50.643
Tributos Parcelados – Federais	55.072	0
Total	1.523.153	1.691.567

(*) Valor excessivamente elevado em decorrência de acatamento de depósitos em conta corrente sem a necessária identificação.

3.10.7 Das obrigações acima, encontravam-se vencidos em 31.12.15, os seguintes valores:





Obrigações	De	Até	ValorR\$
Rescisão a Pagar	dez/15		84,00
INSS – Pessoa Jurídica	set/15	nov/15	32.016,00
INSS – Pessoa Física	set/15	dez/15	878.242,00
I.R.R.F.	set/15	dez/15	56.546,00
FGTS Folha Pagtº	set/15		52.763,00
Repasse p/Subseções	set/15	dez/15	15.094,00
Repasse Extras p/Subseções	dez/15		3.711,00
Locação Máq. e Equipamentos	set/15	dez/15	180.551,00
Locação de Imóveis	dez/15		954,00
Locação de Instalações	dez/15		10.133,00
Locação Mov. Utens. Ornamentos	nov/15	dez/15	5.830,00
Locação Veículos e Aeronáveis	dez/15		150.971,00
Material Esportivo	nov/15	dez/15	30.263,00
Manut. Conserv. Maq. Aparelhos	out/15	dez/15	4.035,00
Máquinas e Equipamentos	out/15	dez/15	23.963,00
Serv. Apoio Adm. Tec. Operac.	out/15	dez/15	110.631,00
Serviços Técnicos e Profissionais	out/15	dez/15	148.057,00
Serviços de Segurança	out/15	dez/15	35.512,00
Serviços Médicos	nov/15	dez/15	5.691,00
Serviços Funerários	dez/15		17.304,00
Serviços de Ornamentação	dez/15		2.485,00
Serviços Postais	out/15	dez/15	129.523,00
Serviços Gráficos	nov/15	dez/15	14.316,00
Manutenção de Software	nov/15	dez/15	15.117,00
Anun. Public. Jornais Oficiais	out/15	dez/15	175.346,00
Limpeza e Conservação	nov/15		2.500,00
Plano Odontológico	out/15		531,00
Plano de Saúde	nov/15		115,00
Material de Expediente	dez/15		4.028,00
Material Limpeza Higienização	nov/15	dez/15	3.165,00
Material Elétrico	nov/15		225,00
Mater. p/Manut. Bens Imóveis	nov/15	dez/15	2.575,00
Lanches e Refeições	nov/15	dez/15	5.821,00
Gêneros de Alimentação	set/15	dez/15	9.968,00
Passagens Aéreas	dez/15		2.754,00
Despesas Diversas c/Viagens	dez/15		6.226,00
Confecção de Brindes	dez/15		2.520,00
Material p/Paisagismo	dez/15		14.569,00
Taxas Diversas	nov/15	dez/15	4.048,00
Obras em Andamento	out/15	dez/15	610.535,00
Repasse CASAG	nov/15		9.214,00
Empréstimos Bancários	nov/15		204.244,00
Despesas de Exerc. Anteriores	nov/15		48.803,00
Total			3.030.980,00

3.11 – PASSIVO NÃO FINANCEIRO

3.11.1 – Empréstimos e Financiamentos

Consta empréstimos junto à C.E.F., no valor de R\$ 452.083,00 (em 2014 o valor era de R\$ 1.227.085,100)

3.12 – SALDO PATRIMONIAL

3.12.1 - O saldo patrimonial em 31/12/2015 é de R\$ 19.591.043,00, acrescido que foi no exercício em R\$ 486.235,00 (resultado este divergente da DRE).

3.13 – CONSIDERAÇÕES FINAIS – EVENTO SUBSEQUENTE

Não nos foi relatado a existência de evento subsequente na data do encerramento do exercício que tenha ou possa a vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade, uma vez que, por orientação da auditoria externa, os registros de provisões judiciais estão sendo processadas e as diferenças apontadas foram orientadas para serem registradas no exercício em análise.

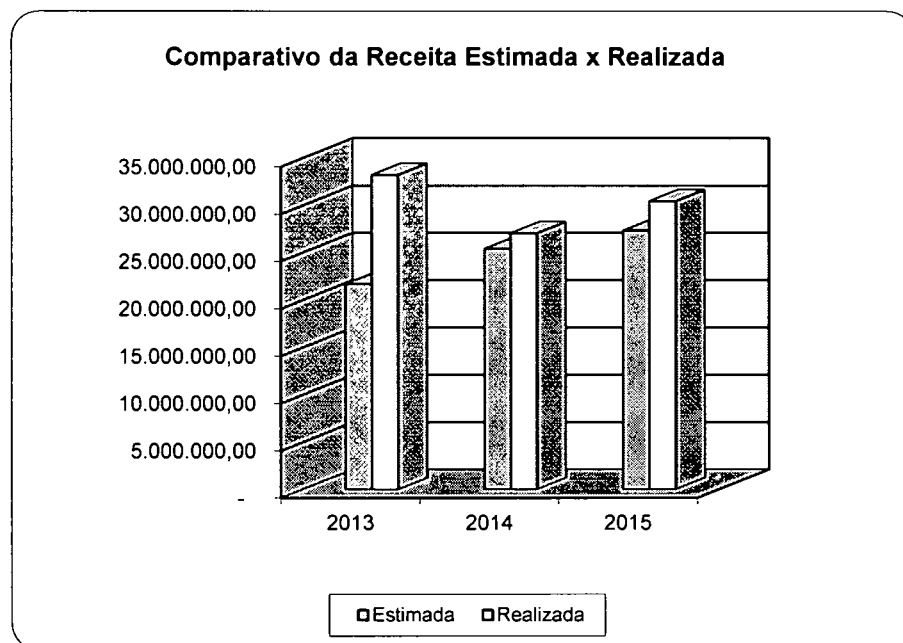
4 – ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA

4.1 - Receitas

A Seccional OAB/GO realizou as receitas abaixo:

Exercícios	Receita		
	Estimada	Realizada	Percentual
2013	21.703.647,00	33.233.975,16	153,13%
2014	25.425.188,00	27.081.797,87	106,52%
2015	27.369.069,00	30.474.929,00	111,35%





4.1.1 No valor acima, referente a 2015, constam R\$ 12.905.350,69 de cotas estatutárias e “Receitas Diversas” em R\$ 15.864.736,87, que são as principais; deste valor, R\$ 10.150.110,93 se refere à partição das anuidades em “contribuições voluntárias” e R\$ 358.648,36 (juros s/contribuições voluntárias), expediente utilizado para burlar o sistema de compartilhamento, uma vez que, de natureza obrigatória, é desmembrada como “contribuição voluntária” do advogado, sob a destinação de “investimentos”.

4.1.1.1 A situação acima fere, de forma muito expressiva, a disposição do Regulamento Geral quanto à destinação das cotas estatutárias (artigos 56 e 57 do RG).

4.1.2 O Exame de ordem aportou receitas no valor de R\$ 982.679,19 e R\$ 556.324,44 de inscrições de cursos/eventos, fotocópias R\$ 938.893,88 (despesas de R\$ 705.063,07) e, ainda, o valor registrado em “receitas de exercícios anteriores” (R\$ 383.632,27), onde a quase totalidade se refere aos acertos de Subseções com cópias; em recuperação de despesas o valor de R\$ 890.139,75, decorrentes de ajustes de despesas com processos judiciais (estorno de provisões) e ajustes da folha mensal de salários, sendo as principais fontes de financiamento operacional.

4.1.2.1 Análise mais detalhada das receitas de inscrição cursos/eventos, restou prejudicada diante do sistema de contabilização que não permitiu a identificação das receitas específicas de eventos (baile do Rubi, por exemplo).

4.1.3 Em “Receitas Diversas” em R\$ 563.280,54 estão registrados os recebimentos de serviços diversos (carteiras, registros, etc. recebidos na unidade central; infelizmente, o histórico do razão é extremamente lacônico não permitindo uma análise mais acurada.

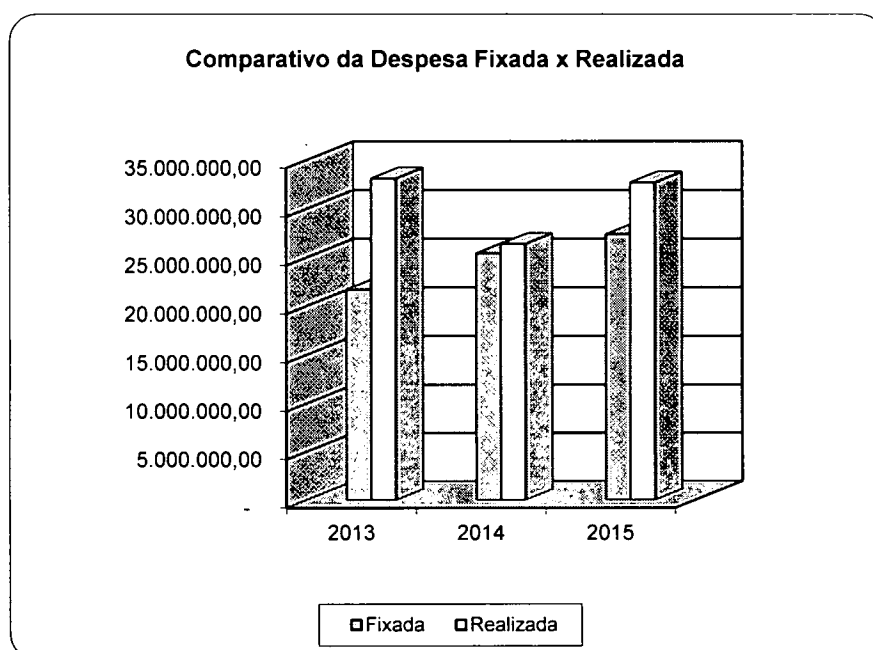
D

[Assinatura]

4.2 - Despesas

As despesas totais, por sua vez, tiveram a seguinte realização:

Exercícios	Despesas		
	Fixada	Realizada	Percentual
2013	21.703.647,00	33.092.399,39	152,47%
2014	25.425.188,00	26.376.611,67	103,74%
2015	27.369.069,00	32.672.109,00	119,38%



- 4.2.1 Em relação a 2014 apresentou um evolução de 23,87% em cotejo com a evolução de 12,53% da receita, fato bastante preocupante, uma vez que as despesas vem em processo de evolução acima dos índices de inflação.
- 4.2.1.1 A situação acima deve-se agravar ianda mais quando da regularização dos saldos de “caixa” (R\$ 665.090,16) e “adiantamentos a Subseções” (R\$ 1.235.389,13) que, certamente, serão transferidos para “despesas” em as suas quase totalidades.
- 4.2.2 No valor acima estão inclusas as despesas de capital em R\$ 2.681.235,18, investidos em equipamentos e material permanente (R\$ 175.342,49) e obras em andamento (R\$ 2.505.892,69).
- 4.2.3 A média das despesas, em aderência ao disposto no § 1º do artigo 8º do Prov. N. 101/03, para o exercício seguinte é de R\$ 13.068.634,00, na hipótese de ausência de cobertura financeira. A Seccional realizou no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 14.648.363,00, correspondentes a 12,09% acima do teto; no entanto, sem a necessária cobertura financeira, uma

vez que a liquidez corrente era de apenas R\$ 0,06/R\$ 1,00 e capital de giro próprio negativo em R\$ 20.719.784,00 (vide ponto “4.4.7”).

4.2.3.1 Portanto, a situação acima apresenta descumprimento da exigência contida no § 1º do art. 8º do Prov. N. 101/03 configurando-se como “irregularidade de gestão”.

Despesas	2012	2013	2014	Média	2015
Despesas com Pessoal	5.665.909	6.238.843	6.963.641	6.289.464	7.602.802
Materiais De Consumo	1.226.032	1.165.527	990.370	1.127.310	1.238.574
Serviços Terc. - Pessoa Física	422.765	455.969	437.565	438.766	606.935
Despesas Financeiras	390.171	544.688	778.492	571.117	537.379
Energia Elétrica	281.426	237.522	248.745	255.898	435.194
Apoio Admin. Técnico Operac	435.963	824.203	681.471	647.212	621.032
Serviços Postais	218.056	605.598	192.510	338.721	122.990
Serviço Telefonia	195.565	168.343	162.313	175.407	133.451
Locação Máquinas e Equipamentos	282.051	239.769	323.097	281.639	398.964
Serv. Técnicos Profissionais	629.940	605.598	645.443	626.994	711.911
Serviços de Internet	160.100	197.758	196.739	184.866	175.811
Outros Serv. Terceir. - Pes. Jurídica	2.152.845	1.232.765	1.325.861	1.570.490	1.751.148
Anúncios e Publicações	440.551	174.201	171.953	262.235	312.172
Prov. Demandas Judiciais	71.003	142.789	681.753	298.515	0
Sub Total Despesas Custeio	12.572.377	12.833.573	13.799.953	13.068.634	14.648.363
Conselho Federal OAB	263.428	238.195	300.244	267.289	392.321
FIDA	52.686	47.639	60.049	53.458	78.464
Fundo Cultural	79.028	71.459	100.073	83.520	117.696
Caixa de Assistência Advogados	526.856	238.195	282.588	349.213	370.106
Sub Total Transf. Correntes	921.998	595.488	742.954	753.480	958.587
Equipamentos/Mat. Permanente	129.529	112.745	91.372	111.215	121.960
Obra/Andamentos e Instalações	3.321.040	779.187	9.114	1.369.780	1.906.296
Reserva de Contingência	0	0	0	0	0
Sub Total Investimentos	3.450.569	891.932	100.486	1.480.996	2.028.256
TOTAL	16.944.944	14.320.993	14.643.393	15.303.110	17.635.206

4.2.4 Para melhor compreensão, detalhamos abaixo os principais grupos de despesas:

4.2.4.1 Nas despesas de “pessoal” destacamos o comprometimento de 51,00% (56,88% em 2014) das despesas correntes e 59,39% (65,54% em 2014), das receitas de anuidades, em cotejo com os parâmetros adotados de 40,0% e 35%, respectivamente.

4.2.4.2 A Seccional possui atualmente 506 funcionários, distribuídos na sede, Clube dos advogados, Subseções e salas de advogados e delegacias.

4.2.4.3 As despesas do grupo Financeiras (encargos s/empréstimos), Anúncios e publicações, Locação de veículos aeronaves e embarcações, Propagandas, Eventos, Energia elétrica, Ornamentação, Funerários, Gráficos, Comunicações Judiciais (PAL Póvoa ME), Shows, Serviços Técnicos Profissionais em geral, estão bem acima de valores razoáveis.

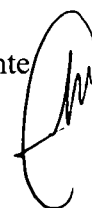



Despesas	2015			2014	2015/2014
	Orçadas	Realizadas	%	Realizadas	%
Despesas com Pessoal	1.148.309,44	13.692.072,80	1192,37	13.319.416,48	102,80
Materiais De Consumo	203.000,00	2.187.433,56	1077,55	1.992.209,09	109,80
Serviços Terc. - Pessoa Física	228.838,00	1.012.887,78	442,62	819.032,15	123,67
Despesas Financeiras	20.000,00	1.203.524,81	6017,62	1.347.065,43	89,34
Energia Elétrica	100.700,00	716.086,30	711,11	459.093,71	155,98
Apoio Admin. Técnico Operac	12.960,00	1.196.482,40	9232,12	1.123.560,21	106,49
Serviços Postais	16.500,00	475.481,41	2881,71	477.118,37	99,66
Serviço Telefonia	52.220,00	279.415,62	535,07	324.205,62	86,18
Locação Máquinas e Equipamentos	117.700,54	705.063,07	599,03	560.342,21	125,83
Serv. Técnicos Profissionais	64.772,16	1.387.166,94	2141,61	1.190.323,98	116,54
Serviços de Internet	526.499,15	397.309,34	75,46	402.183,13	98,79
Outros Serv. Terceir. - Pes. Jurídica	1.998.471,84	3.090.331,13	154,63	441.994,94	699,18
Anúncios e Publicações	828.447,62	453.177,26	54,70	219.718,88	206,25
Prov. Demandas Judiciais		53.437,65		739.752,84	7,22
Sub Total - Despesas Custeio	5.318.418,75	26.849.870,07	504,85	23.416.017,04	114,66
Conselho Federal OAB	498.973,40	1.284.136,05	257,36	1.130.022,89	113,64
FIDA	109.953,28	256.827,21	233,58	226.004,59	113,64
Fundo Cultural	0,00	385.240,82	#DIV/0!	349.006,96	110,38
Caixa de Assistência Advogados	718.340,80	1.240.369,46	172,67	1.094.965,40	113,28
Sub Total - Transf. Correntes	1.327.267,48	3.166.573,54	238,58	2.799.999,84	113,09
Equipamentos/Mat. Permanente	451.780,78	175.342,49	38,81	177.050,35	99,04
Obra/Andamentos e Instalações	1.325.282,22	2.505.892,69	189,08	9.114,12	27494,62
Reserva de Contingência	125.371,52	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Sub Total Investimentos	1.902.434,52	2.681.235,18	140,94	186.164,47	1440,25
TOTAL	7.856.664,00	32.672.109,14	415,85	26.376.611,70	123,87

4.2.4.4 Análise mais detalhada das demais despesas restou prejudicada diante do sistema de contabilização, uma vez que diversas despesas estão contabilizadas em “Serviços de Apoio Administrativo Técnico e Operacional” e “Serviços Técnicos Profissionais”, sem a utilização do nível de detalhamento no balancete mensal (estão registradas em sub contas como “centro de custos”, de reduzida transparência).

4.3 – RESULTADO OPERACIONAL

4.3.1 O cotejo de receitas arrecadadas com despesas realizadas teve a seguinte movimentação:

CONTA	VALOR R\$
1. Receita Efetiva Arrecadada	30.474.929,00
2. Despesa Efetiva Realizada	32.679.109,00
3. Superávit Orçamentário	-2.204.180,00
% Variação s/Receitas Totais	-7,23

4.3.1.1 Nas despesas acima estão inclusas as despesas de capital no valor de R\$ 2.681.235,18 que, em caso de considerá-las “investimentos”, alteraria o déficit para um superávit orçamentário de R\$ 477.055,00, correspondentes a 1,57% das receitas totais. No entanto, esse valor deve ser analisado com cautela diante dos valores (inconsistentes) registrados como “caixa” (R\$ 665.090,16) e “Adiantamentos a Subseções” (R\$ 1.235.389,13), que deverão ser baixados contra “despesas”.

4.3.1.2 Registramos a pendência existente em relação à diferença das cotas estatutárias não apuradas devido ao registro incorreto de parte delas (45%) em “contribuições voluntárias” que, impacta diretamente o resultado do exercício, devido ao necessário registro do valor de 2015 (R\$ 2.311.927,00) em despesas do exercício.

4.3.1.2 As “despesas de capital”, notadamente “obras em andamento” se revestem de um estratégia, no mínimo, discutível, uma vez que a Seccional OAB/GO tem financiado tais “despesas” através de empréstimos bancários.

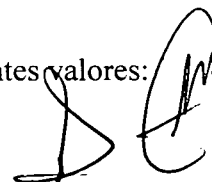
4.4 – FINANCEIRO

4.4.1 A OAB/GO aplicou a anuidade cheia para advogado com mais de 03 anos de inscrição de R\$ 992,00, e possibilidade de desconto de 10% para pagamento até a 1ª quinzena de fevereiro. O valor é reduzido progressivamente para inscrições de 01 a 03 anos (R\$ 793,50) e R\$ 545,50, para advogado em início de carreira. A formalização dos valores foi instituída pelo Processo 2014/07635 de 03.12.2014 e publicada no DJ/GO de 08.12.14 Seção 2 nº 16.076.

4.4.2 O orçamento inicial foi de R\$ 27.369.069,00, aprovado na 19ª Sessão Ordinária de 03.12.14 sem, contudo, processar os ajustes na execução; tal situação culminou com o estouro de inúmeras rubricas de despesas. O fato decorre da dificuldade de se ajustar a estrutura de despesas à real capacidade de arrecadação da Seccional.

4.4.3 A inadimplência da Seccional encontra-se bastante elevada (cerca de 25,00% em 2015) e, diante, da inconsistência das informações (dificuldades cadastrais) e não disponibilização tempestiva das informações, não nos foi possível apresentar o escalonamento dos valores.

4.4.4 A apuração das cotas devidas no exercício de 2015 aponta os seguintes valores:



Item	Discriminação	Previsto R\$	Realizado R\$
1	Anuidade Integral do Exercício	2.289.560,00	10.053.591,65
2	Anuidade Integral do Exercício Anterior	2.139.096,75	2.787.768,85
4	Receitas de Contribuições (1+2)	4.428.656,75	12.841.360,50
A	Cota Parte do FIDA 2%	88.573,14	256.827,21
B	Cota Parte do Fundo Cultural 3%	132.859,70	385.240,82
C	Cota Parte do Conselho Federal 10%	442.865,68	1.284.136,05
D	Cota Parte da CASAG 20% (*)	885.731,35	2.568.272,10

(*) Consta Ajuste de redução para 10% (art. 57 RG) p/triênio 2013/2015

4.4.5 A Seccional descumpriu os artigos 56 e 57 do RG, diante da ausência de compartilhamento de suas receitas, no exercício em análise. À exceção dos valores destinados ao Fundo Cultural, todos os demais não foram compartilhados.

4.4.6 Processamos a apuração dos valores de contribuições obrigatórias (anuidades) contabilizadas indevidamente em “contribuições voluntárias”, retroativamente ao exercício de 2012, uma vez que o exercício de 2011, encontra-se “aprovado” pela Terceira Câmara (em que pese ser possível reabrir-lo diante do “fato novo”), conforme abaixo demonstramos:

Ano	Valor R\$(*)	FIDA 2%	CFOAB 10%	CASAG 10%(**)	TOTAL
2012	7.121.141,26	142.422,83	712.114,13	1.424.228,25	2.278.765,20
2013	7.854.971,74	157.099,43	785.497,17	785.497,17	1.728.093,78
2014	9.250.564,69	185.011,29	925.056,47	925.056,47	2.035.124,23
2015	10.508.759,29	210.175,19	1.050.875,93	1.050.875,93	2.311.927,04
TOTAIS	34.735.436,98	694.708,74	3.473.543,70	4.185.657,82	8.353.910,26

(*) Inklusas receitas com Juros (art. 56 RG)

(**) Consta Ajuste de redução para 10% (art. 57 RG) p/triênio 2013/2015

4.4.6.1 Os valores acima tem que, obrigatoriamente, serem registrados em “despesas” no exercício de 2015 a parte a que se refere a este exercício e contra “resultado patrimonial”, os valores referentes aos exercícios anteriores.

4.4.6.2 Os saldos de cotas estatutárias acima, à exceção do Fundo Cultural, devem ser ajustados em as obrigações; quanto À CASAG, diante da ausência da DRE de 2015, não foi possível identificar, com consistência, o valor efetivamente recebido.

4.4.7 No encerramento do exercício a liquidez corrente é de R\$ 0,24/1,00; excluindo-se os créditos que devem ser baixados contra “despesas” e incluindo-se as obrigações decorrentes dos ajustes de cotas estatutárias (R\$ 8.353.910,26), o ativo circulante ficaria reduzido para cerca de R\$ 1.399.843,62 e o passivo circulante para cerca de R\$ 22.339.872,51, fato que reduziria a liquidez corrente para algo em trono de R\$ 0,06/R\$ 1,00; ou seja, capital de giro próprio negativo em R\$ 20.719.784,00. Dito de outra forma, insolvência absoluta.

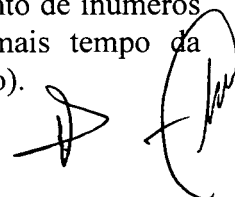
5. – RECOMENDAÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO

Destacamos, por ordem de apontamento, os principais itens que merecem maior atenção da diretoria da Seccional OAB/GO, para otimização dos procedimentos operacionais:

- 5.1 Os registros da receita estão em desacordo com a legislação contábil; esta determina que esta seja processado pelo “regime da competência” (ITG-2002 item 3.2). Processar o registro do saldo não realizado, inclusive, com a aplicação da provisão para os valores irrecíveis.
- 5.1.1 Outro importante aspecto contábil se refere ao sistema de escrituração adotado. A Seccional registra, tanto em receitas quanto em despesas, valores muito elevados em “outras receitas/receitas diversas”, bem como “Serviços de Apoio Técnico e Administrativo” e “Serviços Técnicos Profissionais”, que deveriam estar registrados em contas mais específicas (eventos, por exemplo), fato que prejudica a análise mais detalhada da movimentação econômica havida.
- 5.1.2 Gestões no sentido de resolver a integração do sistema financeiro (próprio) com o contábil (TOTVS), uma vez que os recebimentos são apurados manualmente, fato que propicia a elevada incidência de erros, inconsistência e até mesmo possível fraude nos controles internos.
- 5.1.3 Definir o sistema de escrituração e emissão dos demonstrativos contábeis, notadamente aqueles de exigência legal, tais como: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.
- 5.1.4 Nas despesas, organizar o plano de contas segundo a padronização existente (grupo Pessoal, Encargos sociais, Material de consumo, Serviço de Terceiros – Pessoa Física e Pessoa Jurídica (nesta, separar anúncios e publicações, passagens aéreas, hospedagens, telefonia fixa e móvel, confecção de carteiras, serviços de manutenção, de software, etc), Eventos, ESA (Fundo Cultural), Financeiras, Subseções, Transferências financeiras, Não operacionais (depreciações), Despesas de capital e manter em “outras despesas diversas” tão somente aqueles registros esporádicos, dentre outros.
- 5.2 Disponibilidades/Caixa – apresentar demonstrativo da composição do saldo de caixa; inclusive, os possíveis valores existentes junto às Subseções, baixando-se os valores inconsistentes.
 - 5.2.1) Alterar o sistema de controle interno quanto à movimentação de toda e qualquer conta de despesas no caixa; inclusive, quanto aos valores repassados para as Subseções.
- 5.3) Adotar o registro/controlado contábil das “anuidades a receber” para melhor orientação da estratégia de cobrança e apuração do nível de inadimplência.

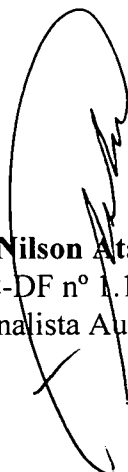
- 5.4 Centralizar na sede a quase totalidade dos pagamentos, diante das dificuldades das Subseções no processamento correto das incidências tributárias, deduzindo-se, obviamente, tais pagamentos dos duodécimos mensais.
- 5.4.1 Envolver as Subseções na recuperação dos créditos de “anuidades de exercícios anteriores”, recompensar esse “esforço de cobrança” na distribuição dos duodécimos de manutenção delas.
- 5.5 Exigir o regular envio das prestações de contas das Subseções, sob pena de retenção do duodécimo mensal, inclusive, com controle das receitas existentes.
- 5.6 Imobilizado – Processar o inventário anual (inclusive, junto às Subseções) dos bens com os ajustes contábeis necessários e, ainda, observar a complementação dos registros de depreciação. Regularizar a situação dos imóveis que foram transacionados com a CASAG.
- 5.7 Passivo Financeiro/Fornecedores – Manter controle individualizado da conta de “fornecedores”, para facilitar o acompanhamento dos respectivos pagamentos/baixas, evitando-se possíveis duplicidade de pagamentos.
- 5.8 Passivo Financeiro/Cotas Estatutárias – Regularizar os saldos devidos ao CFOAB, FIDA e CASAG, uma vez que nos registros financeiros destes, constam valores bastante divergentes e incluir as obrigações estatutárias dos valores apontados no item “4.4.7”.
- 5.9 Ajustar os saldos em aberto das obrigações/encargos sociais de INSS (GPS), FGTS e IRRF, citados no ponto “3.10.1.1”.
- 5.10 Despesas Operacionais – Reduzir drasticamente a realização de despesas com pessoal, financeiras, energia elétrica, telefonia, serviços prestados pessoa jurídica, dentre outros, ajustando-as à real capacidade de arrecadação/geração de receitas da Seccional.
- 5.10.1 Gestões no sentido de ajustar as despesas com pessoal ao padrão médio de 35% sobre as anuidades arrecadadas, uma vez que este há o mesmo percentual de comprometimento em cotas estatutárias, restando apenas 30% para cobertura de despesas correntes/investimentos que devem ser acrescidas das demais receitas (serviços). Tal situação importa em um corte médio de 20% nas despesas atuais (em torno de R\$ 2.500.000/ano). Infelizmente, deve-se reduzir a quantidade de funcionários (algo em torno de 30% - vide ponto “5.10.6”) e recontratar parte (cerca de 10%) com salários menores.
- 5.10.2 Ajustar a estrutura operacional da Seccional à sua capacidade de geração de receitas, notadamente, quanto à renegociação dos diversos contratos existentes, reduzindo-se drasticamente aqueles de publicidade/marketing. Buscar uma redução média de 30% nos grupos de despesas “Serviços Prestados”, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas (algo em torno de R\$ 3.500.000/ano).

- 5.10.3 Eliminar a contratação de empréstimos bancários para investimentos em Subseções, diante dos elevados custos financeiros envolvidos, fato que solapa de forma significativa os poucos recursos financeiros existentes. Pode haver uma redução nas despesas financeiras em torno de R\$ 1.000.000/ano.
- 5.10.4 Gestões no sentido de reduzir drasticamente a quantidade de Subseções e salas de advogados, notadamente naquelas Subseções com menos de 50 registros existentes, diante do elevado custo de manutenção de tais serviços. Ressalte-se que o uso da internet propiciou a eliminação de diversos serviços demandados fisicamente nas Subseções, fato que justifica a eliminação de muitas delas. Em que pese o peso político envolvido, deve-se aprofundar as reflexões nesse sentido.
- 5.10.5 Gestões/negociações com a CASAG de manutenção do benefício de redução do percentual de cotas estatutárias, pelo menos, até a regularização do fluxo de caixa da Seccional.
- 5.10.6 Gestões/negociações com a CASAG no sentido de transferir a administração do Clube (CEL) para minimização das despesas, uma vez que, por informação, o clube, com cerca de 68 funcionários, é deficitário em cerca de R\$ 1.800.000/ano.
- 5.10.7 Gestões/negociações com o Conselho Federal em relação às cotas estatutárias devidas e possível antecipação de receitas (exame de ordem), bem como buscar o parcelamento do saldo devedor junto ao FIDA em até 24 a 30 parcelas.
- 5.11 Adotar o orçamento anual como instrumento de gestão, processando-se os ajustes que se fizerem necessários, notadamente, na execução. Recomendamos, para o exercício de 2016, um orçamento para receitas e despesas em torno de R\$ 25.000.000 a R\$ 28.000.000, para propiciar melhor controle nas despesas operacionais.
- 5.12 Outras Recomendações – No decorrer dos nossos trabalhos constatamos situações que devem ser melhor acompanhadas pela diretoria da Seccional OAB/GO, notadamente quanto aos seguintes procedimentos:
- 5.12.1 Adotar fluxo de caixa (sintetizar por grupos de contas de receitas e despesas) que alcance o início dos recebimentos do exercício subsequente, diante da sazonalidade da arrecadação (até 1º semestre do exercício).
- 5.12.2 Adotar o sistema de “gerenciador financeiro” para processamento dos pagamentos das despesas, com centralização da “senha operacional” no setor financeiro/controladoria e a “senha master” no Diretor Tesoureiro e/ou Secretário-Geral e Presidente. Tal rotina elimina o processamento de inúmeros documentos, com maior segurança e disponibilização de mais tempo da diretoria para outras atividades (análises gerenciais, por exemplo).



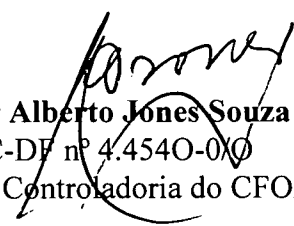
- 5.12.3 Adotar o compartilhamento “automático e imediato”, nos termos dos artigos 56 e 57 do Regulamento Geral, em instituições com as quais o Conselho Federal e CASAG tenham correspondentes bancários, eliminado-se a pendência existente, bem como a tentação de uso indevido de tais recursos. Nada obsta que, após o recebimento e processamento do compartilhamento das cotas estatutárias, os recursos pertencentes à Seccional sejam movimentados na instituição que melhor lhe convier.
- 5.12.4 Definir data de fechamento mensal das rotinas administrativas para propiciar o levantamento tempestivo do balancete mensal para que este possa, efetivamente, assessorar a diretoria em as suas decisões.
- 5.12.5 Observar com maior rigor o registro observando-se o princípio da competência.
- 5.12.6 Estreitar o relacionamento com a Caixa de Assistência no tocante à troca de informações gerenciais para o correto registro das receitas, bem como a aplicação dos recursos, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 9º do Prov. N. 101/03.
- 5.13 Recomendamos que o presente Relatório de Auditoria e Certificado/Opinião, após as necessárias atualizações e revisões pertinentes, em conjunto com as demais peças que compõem o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2015, nos termos dos artigos 2º e 4º do Provimento n. 101/03, sejam encaminhados à douta TCA do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para as devidas providências.

É o que temos a relatar.



Contador **Nilson Ataíde de Oliveira**
CRC-DF nº 1.197/0-8
Analista Auditor

Goiânia - GO, 10 de março de 2016.



Contador **Alberto Jones Souza**
CRC-DF nº 4.4540-0/0
Gerente da Controladoria do CFOAB